



Associação
Empresarial
da Região
de Viseu
do Alentejo
do Centro
Lusitano
e do Alentejo



newsletter

17 de janeiro de 2018

LEGISLAÇÃO

CESSAÇÃO DO PAGAMENTO DOS SUBSÍDIOS DE NATAL E DE FÉRIAS EM DUODÉCIMOS

No que respeita à possibilidade das empresas poderem continuar a pagar os subsídios de natal e de férias em duodécimos, têm-se levantado algumas dúvidas e interpretações diversas.

Para esclarecer esta questão, a ACT – Autoridade das Condições de Trabalho publicou a sua posição, da qual vimos agora dar conhecimento às empresas.

Assim, entende a ACT que a partir de 1 de janeiro de 2018 deixou de vigorar o regime temporário de pagamento dos subsídios de natal e de férias em duodécimos que foi instituído a partir de 2013, pelos vários Orçamentos de Estado.

E, tal aconteceu, porque o Orçamento de Estado para 2018 não republicou a norma com força obrigatória geral que autorizava o pagamento em duodécimos e que suspendia a aplicação dos Artigos do Código do Trabalho que se aplicavam a esta matéria. Não existindo esta norma no Orçamento de Estado para 2018, retoma-se a aplicação dos Artigos 263º nº1 e 264º nº 3 do Código de Trabalho.

Mais entende a ACT que, todos os acordos que as empresas e os trabalhadores fizeram para fixarem o pagamento dos subsídios de natal e de férias em duodécimos, ao abrigo do previsto nos orçamentos de estado, caducaram a partir do dia 1 de janeiro, deixando pois, de estar em vigor.

Conclui-se que, a partir de 1 de janeiro de 2018, os subsídios de natal e de férias devem ser pagos da seguinte forma:

Subsídio de Natal – O pagamento é até ao dia 15 de dezembro do ano a que respeita.

Subsídio de Férias – Deve ser pago antes do início do período de férias e proporcionalmente em caso de gozo interpolado de férias.

SUBSÍDIO DE REFEIÇÃO

2018

A AIRV informa os seus Associados que, a partir do dia 1 de janeiro de 2018 o valor diário do subsídio de refeição isento de IRS e de segurança social é de € 4,77 quando pago em dinheiro, e € 7,63 quando pago em vales ou cartão refeição.

ACIDENTES DE TRABALHO

No dia 11 de janeiro de 2018, foi publicada a Portaria nº14/2018, que veio regulamentar o Decreto-lei nº106/2017, de 29 de agosto.

Esta Portaria regula:

- O Modelo de Participação de Acidentes de Trabalho, que consta do seu Anexo I, por parte das empresas.
- O conteúdo, a forma e o prazo de envio de informação sobre os acidentes de trabalho, por parte das seguradoras.
- O conteúdo, a forma e o prazo de envio de informação adicional para se proceder ao encerramento do processo de recolha de informação estatística relativa a acidentes de trabalho.

COMUNICAÇÃO DE INVENTÁRIO À AT ATÉ 31 DE JANEIRO DE 2018

Os sujeitos passivos de IRC ou de IRS que tenham contabilidade organizada e que estejam legalmente obrigados a elaborar o inventário, devem comunicar à AT (Autoridade Tributária), até 31 de janeiro de 2018, o inventário respeitante ao último dia de exercício de 2017.

Nos termos do Artigo 3º A do Decreto-lei 198/2012, de 24 de agosto, a comunicação é efetuada através de comunicação eletrónica de dados, via Portal E-Fatura.

Ficam dispensados desta comunicação os sujeitos passivos cujo volume de negócios não excedeu € 100.000 em 2017.

As empresas sem existências e obrigadas por lei a comunicar o inventário devem declarar no Portal E-Fatura que não têm existências.

Estamos ao dispor dos nossos associados para os esclarecimentos de todas as dúvidas.

AIRV – Associação Empresarial da Região de Viseu

Edifício Expobeiras – Parque Industrial de Coimbrões – 3500 618 Viseu
Tel: 232470290 Fax: 232470299 Email: chenriques@airv.pt www.airv.pt